

Confluências (geo)linguísticas e tratamento lexicográfico: a presença indígena no campo semântico ‘atividades agropastoris’ a partir dos dados do ALiB nas capitais brasileiras

Edmilson José de Sá¹
Marcela Moura Torres Paim²

Resumo: Este estudo investiga a presença e a vitalidade de unidades lexicais de origem indígena no campo semântico 'atividades agropastoris' nas capitais brasileiras, tendo como objeto de análise os dados do Atlas Linguístico do Brasil (ALiB). O objetivo central é realizar um tratamento lexicográfico sistemático dos indigenismos documentados nesse campo semântico específico, contribuindo para a compreensão da distribuição diatópica e da estratificação social desses itens lexicais nas capitais brasileiras. O arcabouço teórico fundamenta-se nos estudos de Rodrigues (1994) sobre as línguas indígenas brasileiras, nas contribuições de Biderman (2001) sobre lexicologia e lexicografia, na metodologia geolinguística de Cardoso (2010) e nas investigações etimológicas de Cunha (1999). A análise preliminar de itens como 'mangará', 'mandioca', 'macaxeira' e 'aipim' registrados nas capitais brasileiras indica a manutenção de formas indígenas em co-ocorrência com seus equivalentes de outras origens etimológicas. Os resultados contribuem, dessa maneira, para a documentação do patrimônio linguístico brasileiro e oferecem subsídios para a elaboração de obras lexicográficas que contemplem adequadamente a contribuição das línguas indígenas ao português brasileiro.

Palavras-chave: Geolinguística. ALiB. Léxico. Atividades agropastoris. Indigenismos.

INTRODUÇÃO

A diversidade linguística brasileira configura-se como um mosaico de variantes linguísticas, resultante de múltiplas matrizes culturais - indígenas, europeias, africanas e asiáticas - que se entrelaçam historicamente, compondo um panorama comunicativo plurilíngue, marcado por variantes regionais, sociais e étnicas.

A herança indígena, por exemplo, manifesta-se pela incorporação de palavras de origem tupi, guarani e de outras línguas indígenas ao português brasileiro, tanto em topônimos quanto *Botocatu*, *Sorocaba* e *Tatuapé*, como termos pertencentes a campos semânticos da fauna, flora,

¹ Professor na Autarquia de Ensino Superior de Arcoverde. Pós-doutor pela Universidade Federal Rural de Pernambuco. Pós-doutor pela Universidade Federal do Pará. Doutor em Letras pela Universidade Federal da Paraíba. Mestre em Linguística pela Universidade Federal de Pernambuco. Graduado em Pedagogia pelo Centro Universitário Internacional. Graduado em Letras pela Autarquia de Ensino Superior de Arcoverde. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1615-881X>. E-mail: edjm70@gmail.com

² Professora na Universidade Federal Rural de Pernambuco. Pós-doutora pela Universidade Estadual de Feira de Santana. Doutora em Letras e Linguística pela Universidade Federal da Bahia. Mestre em Letras e Linguística pela Universidade Federal da Bahia. Graduada em Letras pela Universidade Federal de Pernambuco. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1303-3763>. E-mail: marcelamtpaim@yahoo.com.br

alimentação e de práticas culturais, revelando não apenas um legado vocabular que reafirma a conexão entre língua, território e memória cultural brasileira.

De acordo com Rodrigues (1994), o contato entre portugueses e indígenas no período colonial resultou em um processo de incorporação lexical significativo. Por essa razão, muitos dos termos se tornaram parte do sistema lexical dos brasileiros e, segundo já verificado por Navarro (2013), tais termos não eram mais percebidos como empréstimos linguísticos.

Diante desses posicionamentos, o presente trabalho busca contribuir para o conhecimento da presença indígena no léxico do português brasileiro, com foco, neste momento, o campo semântico das atividades agropastoris, com o objetivo de evidenciar as marcas de ancestralidade que permeiam o universo lexical dos falantes.

O *corpus* para a análise se constitui de dados registrados nas cartas do Atlas Linguístico do Brasil (ALiB) (Cardoso et al., 2014), referentes a itens lexicais pertencentes às atividades agropastoris quais sejam: *inflorescência da bananeira*, *aipim*, *mandioca*.

Considerando a perspectiva geolinguística, a análise será conduzida por meio do estudo sistemático da distribuição espacial das variantes lexicais de origem indígena no domínio das atividades agropastoris, investigando suas ocorrências nas diferentes capitais brasileiras. A análise será respaldada na História do Brasil, fundamentando-se em referências historiográficas que retratam a presença e a trajetória dos povos indígenas em diferentes regiões brasileiras, tais como os trabalhos de Monteiro (2001), Ribeiro (1995), Almeida (2013) e Cunha (1992), visando contextualizar historicamente as práticas linguísticas e agropastoris indígenas, uma vez que para Dietrich (2010), o estudo dos indigenismos permite reconstituir aspectos da história do contato entre povos e línguas no Brasil.

O tratamento lexicográfico proposto neste trabalho fundamenta-se nas contribuições teóricas de Biderman (2001) e Welker (2004) sobre a lexicografia moderna, possibilitando uma análise teórica e crítica, ou seja, o estudo das práticas, métodos e princípios que orientam a elaboração de dicionários, conceituada como metalexicografia. Para esse fim, serão consultados em compêndios de informações registradas em Bluteau (1728), Pinto (1832), Figueiredo (1913), Houaiss (2009), Ferreira (2010) e Michaelis (2015).

Ainda nessa perspectiva, obras como o ‘Dicionário Histórico das Palavras Portuguesas de Origem Tupi’ de Cunha (1999) e o ‘Vocabulário Tupi-Guarani Português’ de Barbosa (1951) destacam-se como referências que evidenciam a complexidade e a riqueza lexical das línguas indígenas no português brasileiro.

Esta investigação busca, portanto, não apenas documentar e analisar a presença de indigenismos no campo semântico das atividades agropastoris nas capitais brasileiras, mas também propor um tratamento lexicográfico adequado para esse patrimônio linguístico, uma vez, conforme preconizado por Mattos e Silva (2004), o estudo da história do português brasileiro não pode prescindir da análise das contribuições indígenas, que constituem uma de suas características mais distintivas.

1 CIÊNCIAS DO LÉXICO: LEXICOLOGIA, LEXICOGRAFIA E METALEXICOGRAFIA

As ciências do léxico constituem um campo de investigação linguística que se dedica ao estudo sistemático do acervo de palavras de uma língua. Conforme Biderman (2001, p. 16), “o léxico de uma língua natural constitui uma forma de registrar o conhecimento do universo. Ao dar nomes aos referentes, o homem os classifica simultaneamente”. Essa perspectiva evidencia o papel fundamental do léxico como repositório dos saberes linguísticos e culturais de uma comunidade. Concorde-se, então, com Haensch (1982, p. 93), quando afirma que “as ciências do léxico não só descrevem o vocabulário de uma língua, mas também revelam as múltiplas relações entre língua, pensamento e cultura”.

Nessa perspectiva, a Lexicologia, como ciência que estuda e descreve o léxico, ocupa-se da palavra, categorizando-a, definindo-a em seus múltiplos aspectos e analisando as relações que estabelece com o universo natural, social e cultural. Considerando a afirmação de Barbosa (1990, p. 152) de que “a lexicologia tem como objetivos básicos de estudo e análise a palavra, a categorização lexical e a estruturação do léxico”, compreende-se que essa ciência examina tanto os aspectos formais quanto os semânticos das unidades lexicais, a partir de sua evolução histórica e de seus processos de mudança.

A lexicografia, por sua vez, configura-se como a “técnica de feitura de dicionários” (Houaiss, 2009, p. 1779), mas, para Welker (2004), essa definição simplificada transcende, já que se constitui de uma prática milenar de elaboração de dicionários e avança como uma atividade técnica e científica que exige profundos conhecimentos linguísticos e metodologia rigorosa.

A interface entre lexicologia e lexicografia, por sua vez, é evidenciada por Krieger (2006), que ressalta a complementaridade dessas disciplinas no estudo do léxico. A autora

diferencia as duas ciências ao afirmar que “enquanto a lexicologia se ocupa dos estudos teóricos e da análise do léxico, a lexicografia se dedica à produção de dicionários e outros produtos lexicográficos” (Krieger, 2006, p. 143). Desse modo, constata-se uma relação simbiótica que contribui para o desenvolvimento de ambas as áreas.

Na iminência de aproximar os estudos do léxico com a descrição linguística, é conveniente recorrer à metalexicografia, também denominada lexicografia teórica, que emerge como um campo de reflexão sobre a própria prática lexicográfica. De acordo com Rey-Debove (1984), essa abordagem engloba o estudo crítico das obras lexicográficas, a elaboração de uma metodologia para a composição de dicionários e a análise do papel social e cultural dessas obras. Para a autora, “a metalexicografia constitui um discurso científico sobre os dicionários” (Rey-Debove, 1984, p. 45).

No âmbito da organização do conhecimento lexical, Barros (2004, p. 63) destaca a importância da sistematização terminológica e conceitual nas ciências do léxico e enfatiza que “a complexidade do trabalho com o léxico exige uma fundamentação teórica sólida e uma metodologia clara e bem definida”. Uma das dimensões que podem ser observadas é enfatizada por Isquierdo e Krieger (2004) quando apontam para a necessidade de considerar aspectos socioculturais na análise lexical, uma vez que “o léxico é o nível da língua que melhor expressa a mobilidade das estruturas sociais e a maneira como uma comunidade vê e representa o mundo” (Isquierdo; Krieger, 2004, p. 11).

Dapena (2002) contribui para a discussão ao abordar a complexidade da definição lexicográfica. O autor destaca que a definição lexicográfica deve atender a critérios tanto linguísticos quanto pragmáticos, sempre considerando o usuário final do dicionário. Por isso:

[...] De todas as atividades do lexicógrafo, a mais difícil e ao mesmo tempo a mais desafiadora é, sem dúvida, a definição, que, apesar de ser o ponto que sempre despertou maior interesse entre os estudiosos da lexicografia teórica ou metalexicografia, continua a constituir o principal obstáculo dentro da escrita lexicográfica (Dapena, 2002, p. 267, tradução nossa)¹.

Dentro desse desafio, os estudiosos têm recorrido à lexicografia contemporânea impulsionada pelos avanços tecnológicos e pela linguística de *corpus*, graças à “os avanços tecnológicos e da linguística de *corpus*, com grandes *corpora* eletrônicos e ferramentas

¹ De todas las actividades del lexicógrafo la más difícil y a la vez más comprometida es sin duda la definición, la cual pese a ser el punto que siempre ha despertado mayor interés entre los estudiosos de la lexicografía teórica o metalexicografía, sigue constituyendo el principal escollo dentro de la redacción lexicográfica.

computacionais sofisticadas, têm revolucionado a prática lexicográfica" (Biderman, 2001, p. 15).

É pertinente mencionar, ainda, que, apesar dos avanços tecnológicos e da crescente sofisticação das ferramentas computacionais, a definição lexicográfica permanece um desafio complexo e multifacetado. A combinação de critérios linguísticos e pragmáticos, somada à diversidade de usuários e contextos de uso, exige uma abordagem cuidadosa e individualizada para cada termo. Nesse sentido, cabe às pesquisas futuras a tarefa de explorar novas metodologias e recursos para aprimorar a qualidade e a relevância das definições lexicográficas, garantindo que os dicionários atendam às necessidades dos usuários de forma cada vez mais eficiente e eficaz.

2 ESTUDOS SOBRE O PORTUGUÊS DE ORIGEM INDÍGENA

O português brasileiro carrega em seu vocabulário uma herança das línguas indígenas, especialmente do tupi-guarani, que se entrelaça de forma indissociável com a identidade linguística nacional, como observa Rodrigues (1994). Essa influência lexical transpassa múltiplos campos semânticos, revelando não apenas um processo linguístico, mas uma complexa narrativa de encontros culturais e resistências.

Os estudos sobre o léxico de origem indígena no português brasileiro ganham destaque a partir do trabalho pioneiro de Sampaio (1987) "O Tupi na Geografia Nacional", mencionando que a língua tupi está presente em diversos nomes de lugares, rios, montanhas e outros elementos geográficos do Brasil, além de sua importância na compreensão da história indígena, a despeito de, séculos antes, Anchieta ter publicado 'A Arte de Gramática de Anchieta e a Língua Portuguesa Brasileira', em 1595, mas com foco na escrita. O autor sutilmente menciona a existência de uma língua variável:

[...] letras, ortografia, pronúncia, e acento, servirá para saberem pronunciar, porque acharem escrito, os que começam a aprender: mas como a língua do Brasil não está em escrito, senão no contínuo uso do falar. O mesmo uso e viva voz ensinará melhor as muitas variedades que tem, porque no escrever, e acentuar cada um fará como lhe melhor parecer².

² letras, orthographia, pronunciaçõ, & accentto, feruira pera taberem pronunciar, orque acharem elcrito, os que começõ aprender: mas como a lingoa do Brafil não elta em efcrito, fenão no continuo vfo do falar. O mefino vlo, & viua voz enfinara melhor as muitas variedades que té, porque no efcreuer, & accentuar cada hum fara como lhe melhor parecer. (Anchieta, 1595, p. 17)

No entanto, foi a partir da segunda metade do século XX que as investigações sobre os indigenismos ganharam um caráter mais sistemático e científico, especialmente com as contribuições de Rodrigues (1994) em "Línguas Brasileiras: Para o conhecimento das línguas indígenas", obra que estabeleceu parâmetros metodológicos para a identificação e análise de elementos indígenas no português.

Nos topônimos, a marca indígena é predominante. Sampaio (1987) confirma essa ideia ao constatar que cidades, rios, estados e regiões carregam nomes originários das línguas nativas, como *Paraná*, *Piracicaba*, *Itaú*, *Ipanema* e *Pindamonhangaba*, mantendo na memória a história pré-colonial do território brasileiro.

Já no universo da fauna, o vocabulário brasileiro também está indigenizado. Termos como *capivara*, *tamanduá*, *jaguaritica*, *piranha*, *tatu* são integralmente originários das línguas indígenas, carregando consigo uma conexão com os ecossistemas locais e o conhecimento tradicional dos povos originários, conforme mencionado por Câmara Jr. (1979). O mesmo ocorre nas denominações pertencentes à flora brasileira, já que termos como *abacaxi*, *mandioca*, *jabuticaba*, *caju*, *tucum*, *buriti* e *ipê* emergem diretamente dos vocabulários tupi e guarani, representando, de acordo com Cunha (1999), uma verdadeira cartografia linguística dos biomas brasileiros.

Os elementos culturais e cotidianos, por sua vez, igualmente revelam essa herança uma vez que palavras como *pajé*, *taba*, *oca*, *maloca*, *peteca*, *cauim* transportam universos culturais indígenas para o português contemporâneo e, para Freire (2006), esses não são meros vocábulos, mas pontes entre mundos, narrativas de resistência e sobrevivência cultural, fato que Cascudo (2004) também observa no campo alimentar ao citar *mingau*, *pirão*, *angu*, *tucupi*, *moqueca* como termos que não apenas nomeiam preparações culinárias, mas carregam memórias gastronômicas ancestrais, o que pode ser observado, ainda, no "Dicionário Histórico das Palavras Portuguesas de Origem Tupi" de Cunha (1999). Inclusive, Navarro (2021, p. 750), em sua pesquisa sobre a nomenclatura de origem indígena nos nomes dos municípios do Estado de São Paulo, também chama a atenção para essa influência e a classifica como 'um patrimônio histórico imaterial incalculável'.

Do ponto de vista geolinguístico, estudos realizados, sobretudo, no Norte do país, têm adquirido seu lugar de destaque, capitaneados pelo grupo de pesquisa GeoLinterm

(Geossociolinguística e Socioterminologia), vinculado à Universidade Federal do Pará (UFPA). Assim, desde 2017, dissertações e teses têm documentado o português em áreas indígenas, a exemplo da tese de Regis José da Cunha Guedes, intitulada *Perfil geossociolinguístico do português em contato com línguas Tupí-Guaraní em áreas indígenas dos estados do Pará e Maranhão* (2017), que mapeia o contato linguístico entre o português e línguas da família Tupí-Guaraní; a dissertação de Maria Doraci Guedes Rodrigues, *Mapeamento lexical do português falado pelos Wajãpi no estado do Amapá: uma abordagem geossociolinguística* (2017), focada na variação lexical entre os Wajãpi; a tese de Eliane Oliveira da Costa, *Estudo geossociolinguístico do léxico do português falado em áreas indígenas de língua Tupi-Guarani nos estados do Pará e Maranhão* (2018); a dissertação de Fábio Luidy de Oliveira Alves, *Estudo geossociolinguístico do português em contato com as línguas Asurini do Xingu e Araweté* (2018); e a tese de Ivanete de Santana Félix, *Estudo geossociolinguístico do léxico do português em contato com as línguas Neheengatu, Baniwa e Tucano em São Gabriel da Cachoeira (AM)* (2019). Além disso, incluem-se a dissertação de Amanda da Costa Carvalho, *Mapeamento fonético do português falado em comunidades indígenas do Oiapoque-AP* (2019); a tese de Edinéia Aparecido Isidoro, *Gramática e Geossociolinguística da língua Tuparí (família Tuparí, tronco Tupi)* (2020); a tese de Romário Duarte Sanches, *Microatlas linguístico bilingue (Português-Kheúól) da área indígena Karipuna do Amapá* (2020); e a dissertação de Marina Cintia da Silva Guajajara, *Um estudo dialetológico da língua Guajajara* (2021). Esses estudos evidenciam o impacto do contato linguístico e da variação no português falado em áreas indígenas, contribuindo para o mapeamento e a preservação do patrimônio linguístico dessas comunidades.

3 O ATLAS LINGÜÍSTICO DO BRASIL - ALiB

A Dialetologia, ciência que investiga a língua falada de uma comunidade reunida em uma determinada região geográfica, ocupa-se em descrever a diversidade de usos linguísticos, que podem apresentar distintas maneiras/modos para aludir a um mesmo referente, tendo como parâmetro a localização espacial em que o fenômeno em variação ocorre, como, por exemplo, *macaxeira*, *mandioca* ou *aipim*, para designar a raiz que possui casca marrom, que é branca por dentro e que se cozinha para comer.

A Dialetologia, que surge no século XIX, é, conforme Coseriu (1965), a ciência da delimitação dos espaços, do reconhecimento de áreas dialetais, contribuindo para uma visão de dialeto desprovida de estigmatização. A Dialetologia tradicional, em um conceito antigo, busca delimitar fronteiras geográficas dos usos linguísticos. No Brasil, esse ramo dos estudos linguísticos passou por diferentes fases que contribuíram para o avanço de pesquisas e desenvolvimento de estudos geolinguísticos. A proposta mais recente de divisão da história dialetal é apresentada por Teles (2018), cujas fases podem ser observadas na Figura 1.

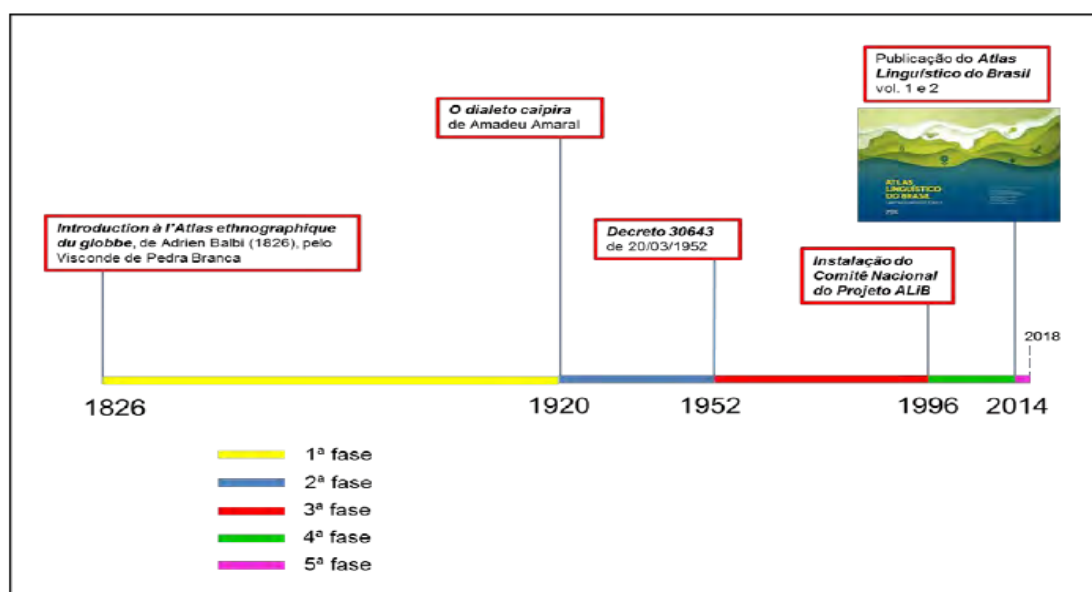


Figura 1 – Fases da Dialetologia no Brasil, conforme Teles (2018)

Teles (2018) reafirma as quatro fases, já comentadas por Mota; Cardoso (2006), e propõe a definição de uma nova fase aos estudos dialetais no Brasil, a quinta. Para a autora, essa fase tem início com a publicação dos dois primeiros volumes do Atlas Linguístico do Brasil, em 2014, e segue até os dias atuais. Sua principal característica é, sem dúvida, os inúmeros trabalhos que têm sido produzidos a partir do conteúdo do atlas, que é de grande magnitude, por sua extensão alcançada e por seu caráter interinstitucional. A referida pesquisadora, também, destaca os avanços em cartografia automatizada como um dos elementos que melhor definem essa fase.

O método em que a Dialetologia se ampara para buscar validar e exibir os dados linguísticos observados denomina-se Geolinguística. Através desse método, esses dados são

apresentados em mapas ou em um conjunto deles, os atlas, para verificar sua espacialização, bem como suas características.

Como expõe Cardoso (2010, p. 89), a Geolinguística se fundamenta num tripé configurado da seguinte maneira:

- a) Questionário – conjunto de perguntas aplicadas nos entrevistados, que devem ser planejadas conforme os propósitos do pesquisador.
- b) Informantes – são os entrevistados que dão os dados com a competência e a propriedade de quem os usa.
- c) Rede de pontos – corresponde à área geográfica a ser estudada.

Assim, para analisar o dado linguístico, é necessário construir o questionário com perguntas, alinhado aos propósitos do pesquisador, realizar a seleção dos participantes da investigação, segundo o perfil almejado, num determinado espaço geográfico estudado. É de fundamental importância, na aplicação do método geolinguístico, a preparação do inquiridor, que engloba o entendimento do questionário e de toda técnica envolvida na coleta de dados para que o trabalho seja coeso. Nessa perspectiva, o entrevistador precisa estar treinado para os contextos adversos que possam surgir no contexto da pesquisa de campo.

A Dialetoлогия se apresenta de forma interdisciplinar, pois, por sua origem, ela estabelece um intercâmbio linguístico mútuo na busca por explicações/soluções, articulado-se com outras disciplinas, pois se apropria, em parte, de conhecimentos da Geografia e da socio-história, para explicar as denominações investigadas. Essa necessidade de abordar o aspecto interdisciplinar da Dialetoлогия surge, necessariamente, do diálogo que ela realiza, também, com a Sociolinguística, que, por sua vez, a complementa, trazendo fatores sociais para explicar os fenômenos linguísticos que se observam. Segundo Cardoso (2016), a união entre a Dialetoлогия e a Sociolinguística é produto das exigências que a Geolinguística Pluridimensional revela. Afinal, não se pode deixar de avaliar os aspectos espaciais de uma língua sem considerar os fatores sociais que os circundam.

O Projeto ALiB, empreendimento nacional com a atuação de diferentes universidades distribuídas nas cinco regiões brasileiras ³², é revestido por um caráter caracterizado por duas

³² Atualmente, o Comitê é constituído por *Jacyra Andrade Mota*, Diretora Presidente - Universidade Federal da Bahia; *Silvana Soares Costa Ribeiro*, Diretora Executiva – Universidade Federal da Bahia – e pelos *Diretores Científicos*: *Abdelhak Razky* (Universidade de Brasília/Universidade Federal do Pará); *Alcides Fernandes de Lima* (Universidade Federal do Pará), *Aparecida Negri Isquerdo* (Universidade Federal de Mato Grosso do Sul); *Conceição Maria de Araújo Ramos* (Universidade Federal do Maranhão); *Fabiane Cristina Altino* (Universidade Estadual de Londrina); *Felício Wessling Margotti* (Universidade

evidentes implicações: por um lado, inspira e fundamenta a sua concepção na pluralidade do conhecimento; por outro, possibilita que, dos resultados que venha a proporcionar, beneficie-se amplo espectro das ciências na contemporaneidade.

No que diz respeito à primeira implicação, a concepção do Projeto conduziu a que se recorresse a distintas áreas do conhecimento. Isso é possível visualizar, por exemplo, com a definição da rede de pontos para realização da coleta de dados que requereu conhecimentos específicos de ordem histórica, antropológica, demográfica, geográfica, cultural, econômica, social, política e religiosa de cada localidade. Dessa forma, tendo em vista esses critérios, a seleção das localidades revela não apenas o interesse linguístico, mas também o perfil sócio-histórico das zonas mapeadas e se, por um lado, é um indicador de importância para a visão de língua, por outro, pode revelar um importante feixe de correlações de âmbito social, histórica e cultural.

Em relação à seleção de informantes, fez-se necessário um estudo da formação demográfica brasileira, da constituição da sociedade, dos aspectos sociológicos e antropológicos que caracterizam a composição da população brasileira, a que se soma um conhecimento da realidade social na qual se inserem os entrevistados. Isso levou a que se procurasse harmonizar variáveis sociais de naturezas distintas – como faixa etária, sexo, nível de escolaridade – com o objetivo de obter uma amostra linguística que pudesse ser representativa, numa perspectiva dialetológica, da realidade brasileira.

A estratificação do perfil de informante que contribuiu com os dados de fala para a formação do *corpus* do Projeto ALiB tomou como parâmetro a decisão metodológica de se contemplarem dimensões sociais – diasssexual, diageracional e diastrática –, ao lado da diatópica. Dessa forma, os informantes, em número de quatro em cada ponto – exceto nas capitais de Estado, onde foram inquiridos oito informantes –, encontram-se distribuídos de forma equitativamente entre os dois sexos, em cada localidade, perfazendo um total de 550 homens e 550 mulheres, possibilitando a análise da variação diasssexual.

Federal de Santa Catarina); *Marcela Moura Torres Paim* (Universidade Federal Rural de Pernambuco/Universidade Federal da Bahia); *Maria do Socorro Silva de Aragão* (Universidade Federal do Ceará/Universidade Federal da Paraíba); *Marilúcia Barros de Oliveira* (Universidade Federal do Pará); *Regiane Coelho Pereira Reis* (Universidade Federal do Mato Grosso do Sul); *Valter Pereira Romano* (Universidade Federal de Santa Catarina); *Vanderci de Andrade Aguilera* (Universidade Estadual de Londrina).

No que se refere à variação diageracional, os informantes foram agrupados em duas faixas etárias: faixa 1, de 18 a 30 anos, e faixa 2, de 50 a 65 anos. Em relação à variação diastrática, incluem-se, nas capitais de Estado, informantes de dois níveis de escolaridade: quatro com curso fundamental incompleto – como nas demais localidades do interior – e quatro com nível de escolarização universitário.

Os informantes, que totalizam 1.100 em todo território nacional, são naturais da localidade e filhos de pessoas naturais da mesma área linguística, que não tenham se afastado da localidade por períodos muito longos e contínuos e esses períodos de afastamento, caso existam, não devem coincidir com os primeiros anos de vida do indivíduo (fase de aquisição da linguagem), nem com os anos imediatamente anteriores àquele em que se realizou a entrevista, conforme as regras em pesquisas de natureza geolinguística.

Nesse sentido, os dados aqui discutidos foram fornecidos por 200 habitantes das 25 capitais da rede de pontos do Projeto ALiB. Em cada capital, foram entrevistados oito informantes, quatro com nível universitário completo e quatro informantes com nível fundamental (completo e/ou incompleto), distribuídos igualmente por duas faixas etárias (18 a 30 anos e 50 a 65 anos), de ambos os sexos, nascidos e criados na localidade, com pais também nascidos na mesma região linguística.

Concluída a etapa da coleta de dados da rede de pontos programada, algumas reflexões já podem ser realizadas sobre áreas dialetais brasileiras. O produto imediatamente esperado do Projeto ALiB é, evidentemente, a produção do próprio atlas, cujos volumes iniciais, *Introdução* (Cardoso *et al.*, 2014a), *Cartas Linguísticas I* (Cardoso *et al.*, 2014b) e *Atlas Linguístico do Brasil: comentários às cartas linguísticas I* (Mota *et al.*, 2023), foram publicados. Além da publicação dos volumes do atlas, o banco de dados do Projeto ALiB, com sua metodologia pluridimensional, viabiliza investigações, também de âmbito qualitativo, buscando, no *corpus*, a documentação e a análise da variação lexical, com base em dados orais de natureza geolinguística.

4 AS ATIVIDADES AGROPASTORIS: PERFIL GEOLINGUÍSTICO A PARTIR DOS DADOS DO ALiB E A INFLUÊNCIA INDÍGENA

Para refletir sobre o tratamento geolinguístico a partir dos dados do ALiB e a influência indígena, no que se refere às atividades agropastoris, nas capitais brasileiras, realizou-se o mapeamento dos usos, a partir do exame das cartas L07 do ALiB, que registra as respostas à questão 44 — *Como se chama a ponta roxa do cacho da banana*, e L08, que registra as respostas à questão 50 — *Como se chama a raiz branca por dentro, coberta por uma casca marrom, que se cozinha para comer* — que constam do questionário semântico-lexical utilizado no Projeto ALiB.

4.1 ANÁLISE GEOLINGUÍSTICA

As análises realizadas para este estudo foram qualitativas. Neste sentido, buscamos, no *corpus*, a documentação das denominações relativas a atividades agropastoris, nos dados de âmbito geolinguístico, cartografados a seguir:



Figura 2 – Carta L07 – Denominações para extremidade da inflorescência da bananeira conforme encontrado em Cardoso (2014, p. 173)

No que diz respeito à carta lexical 07, como expõem Isquierdo e Romano (2023, p. 202), observou-se uma predominância das denominações *mangará* e *umbigo*, seguidas, com menor frequência por *flor da bananeira* e *coração (da bananeira) (do boi) (do cacho)*. O item “outras” abrange os percentuais relativos às demais variantes (*pendão/tendão, talo da bananeira, buzo/buzina, pêndulo, maracá, bulbo, buiú, encaço, gogó, mangataria, mangundá, olho, polvino e ponteira da banana*).

A unidade lexical *mangará* está presente em capitais das regiões Norte e Nordeste. A denominação *umbigo*, por sua vez, ocorre de maneira categórica, em Belém e também se destacando produtivamente nas três capitais do Centro-Oeste (Cuiabá, Campo Grande e Goiânia), em Vitória, no Sudeste, e em Florianópolis, na região Sul. A denominação *flor (da banana, da bananeira)* destaca-se no Norte e no Nordeste, já *coração (da bananeira) (do boi) (do cacho)* ganha mais notoriedade na região Sul.



Figura 3 – Carta L08 – Denominações para raiz branca por dentro, coberta por uma casca marrom, que se cozinha para comer, conforme encontrado em Cardoso (2014, p. 185)

Em relação à carta lexical 08, como expõem Aguilera e Romano (2023, p. 212), houve a predominância da denominação *macaxeira*, nas regiões Norte e Nordeste, seguida, por *mandioca*, que ocorre em 100% nas capitais do Centro-Oeste e predomina como forma mais produtiva nas capitais do Sudeste. O item *aipim* ocorre em duas capitais do Sudeste, Rio de Janeiro e Vitória, de forma significativa, e predomina nas capitais sulistas.

4.2 ANÁLISE LEXICOGRÁFICA

A análise dos dicionários revela uma evolução dos conceitos ao longo do tempo. No caso do *mangará*, por exemplo, observa-se que apenas alguns dicionários o definem, concentrando-se na descrição botânica. Os dicionários de Houaiss (2009) e Michaelis (2015) o descrevem como a extremidade bulbosa da inflorescência da bananeira, caracterizada como uma parte roxa ou castanho-avermelhada, com sinônimos como ‘buzina’ e ‘coração’.

Já para definição de *mandioca*, percebe-se uma trajetória histórica, pois nos dicionários de Bluteau (1728) e Pinto (1832), o foco estava na raiz farinácea e seu uso alimentar. Figueiredo (1913) ampliou a definição para ‘raiz de que se faz farinha e polvilho’. Já Houaiss (2009) e Ferreira (2010) trouxeram descrições botânicas mais detalhadas, classificando-a cientificamente como *Manihot esculenta*, pertencente à família das *Euforbiáceas* e originária da América do Sul. O Michaelis (2015) apresentou a descrição mais técnica, incluindo detalhes sobre toxicidade e processamento.

Para o *aipim*, as definições parecem ser mais sucintas. Bluteau (1728) destaca seu sabor ‘de castanha europeia’, enquanto Houaiss (2009) também oferece uma descrição botânica mais técnica, enquanto as remissivas atribuídas a Ferreira (2010) e a Michaelis (2015) simplesmente apontam a definição de mandioca.

As definições de *umbigo* são diversas. Enquanto Bluteau (1728) e Pinto (1832) focam na descrição embriológica e anatômica, Figueiredo (1913) apresenta uma definição abstrata de ‘centro’, nada obstante se aproxime do referente. Em Houaiss (2009) consta a referência a um brasileirismo informal, mas Ferreira (2010) avança numa definição anatômica e Michaelis (2015) adiciona uma perspectiva botânica.

A definição de *flor* evolui de forma cientificamente progressiva, considerando, naturalmente, que, nas cartas, constam as frutas que são reproduzidas. Nesse sentido, os

dicionários de Bluteau (1728) e Pinto (1832) apresentam definições básicas sobre reprodução vegetal. Salienta-se, ainda, que Figueiredo (1913) traz uma descrição estrutural, enquanto Houaiss (2009), Ferreira (2010) e Michaelis (2015) oferecem definições botânicas detalhadas, com foco na estrutura reprodutiva e menção a componentes como estames, pistilos, corola e cálice.

A lexia *coração* apresenta definições igualmente variadas. De ‘centro do tronco’ em Bluteau (1728) a um sentido figurado de ‘centro’ em Pinto (1832), passa por um brasileirismo nordestino em Houaiss (2009), uma definição abstrata de centralidade em Ferreira (2010), até remeter ao termo ‘mangará’ no Michaelis (2015).

Já *macaxeira* tem definições muito limitadas, com poucos dicionários anteriores a apresentá-la. Figueiredo (1913) a define como um brasileirismo do Nordeste, Houaiss (2009) e Ferreira (2010) a apresentam como sinônimo de *mandioca*, e Michaelis (2015) confirma como um brasileirismo nordestino.

Para uma visualização comparativa, convém observar o quadro 1, na sequência:

Quadro 1 – Conceitos atribuídos em dicionários às variantes da extremidade da inflorescência da bananeira

Denominação	Bluteau (1728)	Pinto (1832)	Figueiredo (1913)	Houaiss (2009)	Ferreira (2010)	Michaelis (2015)
Mangará	-	-	-	Extremidade bu da bananeira	-	Parte termin inflorescência bananeira
Mandioca	Raiz farinácea	Raiz farinácea	Raiz para farinácea	Arbusto nativo América do Sul	Planta euforbiácea	Planta arbustiva perene, com tuberosas
Aipim	Mandioca doce	-	Mandioca doce	Arbusto da família euforbiácea	Sinônimo mandioca	Sinônimo mandioca
Umbigo	Corda fetal	Cordão fetal	Centro	Extremidade bu (brasileirismo)	Cicatriz do c umbilical	Protuberância certos frutos
Flor	Produção vegetal	Produção vegetal	Conjunto partes	Estrutura reprodutiva das angiospermas	Órgão reprodutivo	Órgão reprodutivo complexo
Coração	Centro do tronco	Centro	Centro	Brasileirismo (extremidade)	Parte central	Remete a mangará
Macaxeira	-	-	Mandiva rasa	Sinônimo mandioca	Sinônimo mandioca	Brasileirismo Nordeste

Fonte: Organização do autor

A análise dos dicionários revela uma complexidade linguística, especialmente quando se trata de *mandioca* e *macaxeira*. Na prática cotidiana brasileira, esses termos são frequentemente usados de forma intercambiável, mesmo que tecnicamente representem variedades distintas. Os dicionários consultados, embora tentem estabelecer definições precisas, refletem essa ambiguidade linguística, com Houaiss (2009) e Ferreira (2010) simplesmente equiparando os dois itens com um só conceito. Essa sinonímia popular contrasta com as nuances botânicas: uma variedade destinada principalmente à produção de farinha (mandioca) e outra mais adequada para consumo *in natura* (macaxeira/aipim), distinção que nem sempre é clara para o falante. Tal fenômeno linguístico ilustra como o uso cotidiano pode se sobrepor às classificações técnicas, transformando definições científicas em conceitos mais fluidos e contextuais no universo da linguagem popular brasileira.

4.3 CONTRIBUIÇÕES INDÍGENAS NO LÉXICO AGROPASTORIL BRASILEIRO

A lexia ‘mandioca’, derivada do tupi ‘manioca’ ou ‘mandioca’ (mañiok), significa literalmente ‘casa de farinha’ ou ‘lugar onde se faz farinha’, este tubérculo foi fundamental para a sobrevivência dos povos indígenas e posteriormente dos colonizadores, sendo rapidamente incorporado à dieta brasileira como um alimento estratégico, cuja nomenclatura preserva sua origem cultural indígena, conforme mencionado por Guimarães (2016, p. 2), quando afirma que:

[...] a diversidade da cultura da mandioca assume feições bastante particulares no país, tendo em vista que cada povo guarda consigo diferentes conhecimentos e prefere, por exemplo, o consumo de tipos bem específicos de farinha. O povo Pataxó, no Extremo-Sul da Bahia, por exemplo, prefere a farinha kwiuna, que é um tipo de farinha mista, feita a partir da mistura da massa fermentada (puba) com a massa crua da mandioca brava.

Por esse motivo, Cunha (1999, p. 197), menciona que ‘nenhum outro vocábulo de origem tupi está tão amplamente documentado na língua portuguesa’.

Em se tratando de ‘mangará’, Barbosa (1951) faz referência à planta da família das aroideáceas, mas, em Cunha (1999), há efetivamente o conceito atribuído à parte terminal da inflorescência da bananeira, etimologicamente originária do tupi ‘mañara’.

A lexia ‘umbigo’ deriva do termo tupi ‘umbig’ ou ‘umbica’, que nomeia essa parte do corpo humano com uma simplicidade linguística característica das línguas indígenas. Contudo, a denominação da estrutura de coloração roxa encontrada na extremidade do cacho da bananeira, que é retirado quando as bananas ainda estão verdes pode ser encontrada em Mendonça e Oliver (2022), ao citar essa extremidade como benéfica ao organismo por possuírem grande quantidade de nutrientes, entre outros são: ricos em fibra, proteínas e minerais.

Embora ‘flor’ não seja originalmente uma lexia indígena, mas latina (flos, floris), os povos indígenas desenvolveram denominações específicas para diferentes tipos de flores em suas línguas. No tupi-guarani, por exemplo, existem termos como ‘ybyrá-poã’ para designar flores de árvores, revelando uma riqueza lexical que vai além da simples tradução genérica, como demonstra Freyre (1963) ao analisar as interações linguísticas no Brasil colonial.

O termo ‘coração’, etimologicamente derivado do latim ‘cor, cordis’, não possui origem indígena direta. No entanto, as línguas tupi-guarani desenvolveram metáforas e significados simbólicos para o órgão que transcendem a simples dimensão biológica, incorporando dimensões espirituais e emocionais, como destaca Cunha (1999) ao explorar as nuances semânticas das línguas indígenas brasileiras. Mendonça e Oliver (2022) também citam ‘coração’ como denominação para a extremidade da bananeira.

‘Macaxeira’, vocábulo de origem tupi – maka’sera –, designa a mesma raiz da mandioca, sendo um termo regional especialmente usado no Nordeste brasileiro, como cita Leite (1940) ao se referir à raiz conforme Luis Figueira publicou em 1608.

‘Aipim’, outro termo para designar a mandioca, origina-se do tupi ‘aypi’ ou ‘aipim’, variação regional que demonstra a riqueza linguística dos povos indígenas. Cunha (1999, p. 47) cita o texto de Gabriel Soares de Sousa – *Notícias do Brasil*, publicado em 1587, a respeito do ‘aipim’:

Dá-se nesta terra outra casta de mandioca, a que o gentio chama **aipins**, cujas raízes são da feição da mesma mandioca, a rama e a folha são da mesma maneira, sem haver nenhuma diferença, e planta-se de mistura com a mesma mandioca, e para se recolherem estas raízes as conhecem os índios pela cor dos ramos, no que atinam poucos portugueses. (grifo do autor)

De acordo com Câmara Jr. (1977), essas variantes lexicais não apenas evidenciam diferenças linguísticas, mas também refletem as particularidades culturais e regionais das comunidades que utilizavam esse termo para nomear o alimento.

Desse modo, a partir da verificação etimológica, constata-se não apenas a evolução linguística, mas a influência indígena, especialmente *tupi*, nos itens lexicais pertencentes ao campo semântico das atividades agropastoris registrados, pelo dados do ALiB, nas capitais brasileiras, como se observa nas variantes *aipim*, *mangará*, *mandioca* e *macaxeira*, uma vez que os povos tradicionais em tela não apenas cultivavam esses tubérculos, mas também os nomearam de modo a transcender a simples classificação botânica. Essa diversidade lexical reflete, então, um conhecimento tradicional sobre as plantas, de modo que cada denominação carrega tanto um significado botânico, como também uma carga cultural e histórica, demonstrando como a Língua Portuguesa no Brasil incorporou e preservou elementos fundamentais das línguas indígenas, transformando o vocabulário científico e cotidiano através de uma verdadeira simbiose linguística e cultural.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo principal analisar a presença e a vitalidade de unidades lexicais de origem indígena no campo semântico 'atividades agropastoris' nas capitais brasileiras, tendo como objeto de análise os dados do Atlas Linguístico do Brasil.

Os dados lexicais que integram o *corpus* do trabalho foram coletados através das cartas lexicais publicadas no volume 2 do referido atlas. A pesquisa realizada proporcionou uma amostra da riqueza lexical de que se reveste a língua portuguesa com itens como 'mangará', 'mandioca', 'macaxeira' e 'aipim' registrados nas capitais brasileiras, indicando a manutenção de formas indígenas em coocorrência com seus equivalentes de outras origens etimológicas.

A análise da distribuição espacial das variantes nas capitais mostrou que a unidade lexical *mangará* ocorre em capitais das regiões Norte e Nordeste. A denominação *umbigo*, por sua vez, está presente, de maneira categórica, em Belém e também se destacando produtivamente nas três capitais do Centro-Oeste (Cuiabá, Campo Grande e Goiânia), em Vitória, no Sudeste, e em Florianópolis, na região Sul. O item *flor (da banana, da bananeira)* destaca-se no Norte e no Nordeste, já *coração (da bananeira) (do boi) (do cacho)* ganha mais notoriedade na região Sul. Predominância da denominação *macaxeira*, nas regiões Norte e

Nordeste, seguida, por *mandioca*, presente em 100% nas capitais do Centro-Oeste e predomina como forma mais produtiva nas capitais do Sudeste. O item *aipim* ocorre em duas capitais do Sudeste, Rio de Janeiro e Vitória, de forma significativa, e predomina nas capitais sulistas.

A análise realizada em dicionários históricos e etimológicos revelou que muitas das unidades lexicais de origem indígena no campo semântico das atividades agropastoris têm uma presença consolidada e consistente na língua portuguesa. Esses itens não apenas refletem a adaptação linguística ao longo do tempo, mas também a preservação de significados culturais e históricos intrínsecos às práticas agrícolas e pastoris dos povos indígenas. Além disso, a análise destacou a coexistência dessas formas indígenas com equivalentes de outras origens, evidenciando a riqueza e a complexidade do léxico do português brasileiro.

Os resultados contribuem, dessa maneira, para a documentação do patrimônio linguístico brasileiro e oferecem subsídios para a elaboração de obras lexicográficas que contemplem adequadamente a contribuição das línguas indígenas ao português brasileiro.

REFERÊNCIAS

- AGUILERA, V. A.; ROMANO, V. P. Mandioca, macaxeira ou aipim? Traços de brasilidade no léxico. In: MOTA, J. A. M. et al. (Org.). **Atlas linguístico do Brasil: comentários às cartas linguísticas 1**. Londrina: UDUEL, 2023. p. 209-217.
- ALMEIDA, M. R. C. **Os índios aldeados no Rio de Janeiro colonial**. Rio de Janeiro: Garamond, 2013.
- ANCHIETA, J. de. **Arte de gramática da língua mais usada na costa do Brasil**. Coimbra: António de Mariz, 1595
- BARBOSA, A. L. **Pequeno vocabulário Tupi-Português**. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1951.
- BARBOSA, M. A. Lexicologia, lexicografia, terminologia, terminografia: objeto, métodos, campos de atuação e de cooperação. In: SEMINÁRIO DO GEL, 39., 1990, Franca. **Anais...** Franca: UNIFRAN, 1990. p. 182-189.
- BARROS, L. A. **Curso básico de terminologia**. São Paulo: EDUSP, 2004.
- BIDERMAN, M. T. C. **Teoria linguística: teoria lexical e linguística computacional**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

- BLUTEAU, R. **Vocabulário português & latino: aulico, anatomico, architectonico**. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, p. 1712-1728. 8 v.
- CÂMARA JR., J. M. **Introdução às Línguas Indígenas Brasileiras**. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1979.
- CARDOSO, S. A. M. Dialetologia. In: MOLLICA, M. C.; FERRAREZI JUNIOR, C. (Orgs.) **Sociolinguística, sociolinguísticas: uma introdução**. São Paulo: Contexto, 2016. CARDOSO, S. A. M. et al. **Atlas Linguístico do Brasil: introdução**. Londrina: Eduel, 2014a.
- CARDOSO, S. A. M. et al. **Atlas Linguístico do Brasil: cartas linguísticas 1**. Londrina: Eduel, 2014b.
- CARDOSO, S. A. M. **Geolinguística: tradição e modernidade**. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.
- CASCUDO, L. C. **História da alimentação no Brasil**. São Paulo: Global, 2004.
- COSERIU, Eugênio. La geografía lingüística. **Cuadernos del Instituto Lingüístico Latinoamericano**, Montevideo, n. 11, 1965.
- CUNHA, A. G. **Dicionário histórico das palavras portuguesas de origem tupi**. São Paulo: Melhoramentos, 1999.
- CUNHA, M. **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- DAPENA, J. A. P. **Manual de técnica lexicográfica**. Madrid: Arco/Libros, 2002.
- FERREIRA, A. B. H. **Dicionário Aurélio**. 5.^a ed., Curitiba: Melhoramentos, 2010.
- FIGUEIREDO, C. **Novo dicionário da língua portuguesa**. Lisboa [Portugal] : Livraria Clássica, 1913.
- FREIRE, J. R. B. **Da Língua Geral ao Português: Análise Linguística e Cultural**. Rio de Janeiro: UERJ, 2006.
- FREYRE, G. **Casa-grande & senzala**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1963.
- GUIMARÃES, F.A.M. A cultura da mandioca no Brasil e no mundo: um caso de roubo da história e da cultura dos povos indígenas. In: LIMA, Ivaldo Marciano de França et al. (org.). **África (s), Índios e Negros**. 1ed. Recife: Bagaço, 2016, v. 1, p. 15-47.
- HAENSCH, G. **La lexicografía: de la lingüística teórica a la lexicografía práctica**. Madrid: Gredos, 1982.
- HOUAISS, A. et al. **Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

- ISQUERDO, A. N.; KRIEGER, M. G. (Org.). **As ciências do léxico**: lexicologia, lexicografia, terminologia. Campo Grande: Ed. UFMS, 2004.
- ISQUERDO, A. N.; ROMANO, V. P. Entre penças e mangarás: considerações sobre o léxico. In: MOTA, J. A. M. et al. (Org.). **Atlas linguístico do Brasil: comentários às cartas linguísticas 1**. Londrina: UDUEL, 2023. p. 197-208.
- KRIEGER, M. G. Lexicografia: o léxico no dicionário. In: SEABRA, M. C. T. C. (Org.). **O léxico em estudo**. Belo Horizonte: UFMG, 2006. p. 157-171.
- LEITE, S. L. F.. **A sua vida heróica e a sua obra literária**. Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1940.
- MATTOS E SILVA, R. V. **Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro**. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.
- MENDONÇA, F. V. B. ; OLIVER, G. S. PANCS como alternativa alimentar: ensinando nutrição com o coração. In: Mirian Pacheco Silva Albrecht - Daniel Scodeler Raimundo - Katia Franklin Albertin Torres (Orgs.). (Org.). **O curso Ciência é 10!:** narrativas sobre o ensino de ciência - eixo ambiente. 2ed.: 2022, v. 2, p. 103-108.
- MICHAELIS. **Dicionário Escolar Língua Portuguesa**. São Paulo: Melhoramentos, 2015.
- MONTEIRO, J. **Negros da terra**: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- MOTA, J. A. M. et al. (Org.). **Atlas linguístico do Brasil: comentários às cartas linguísticas 1**. Londrina: UDUEL, 2023. p. 209-217.
- MOTA, J. A.; CARDOSO, S. A. M. Sobre a Dialectologia no Brasil. In: MOTA, J. A.; CARDOSO, S. A. M. **Documentos 2**: Projeto Atlas Linguístico do Brasil. Salvador: Quarteto, 2006, p. 15-34.
- NAVARRO, E. A. **Dicionário de tupi antigo**: a língua indígena clássica do Brasil. São Paulo: Global, 2013.
- NAVARRO, E. A. Os nomes de origem indígena dos municípios paulistas: uma classificação. **Estudos Linguísticos (São Paulo. 1978)**, v. 50, n. 2, p. 733-752, jul. 2021.
- PINTO, L.M.S. **Dicionário da Língua Brasileira**. Ouro Preto: Tipografia de Silva, 1832.
- REY-DEBOVE, J. **Léxico e dicionário**. Tradução de Clóvis Barleta de Moraes. Alfa, São Paulo, v. 28, p. 45-69, 1984.
- RIBEIRO, D. **Os índios e a civilização**: a integração das populações indígenas no Brasil moderno. Petrópolis: Vozes, 1995.

RODRIGUES, A. D. **Línguas brasileiras**: Para o conhecimento das línguas indígenas. São Paulo: Loyola, 1994.

SAMPAIO, T. **O tupi na geografia nacional**. Salvador: Secção Graphica da Escola de Aprendizes Artificies, 1987.

TELES, A. R. T. F. **Cartografia e Georreferenciamento na Geolinguística**: revisão e atualização das regiões dialetais e da rede de pontos para a elaboração do Atlas Linguístico do Brasil formuladas por Antenor Nascentes. Tese. (Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018.

WELKER, H. A. **Dicionários**: uma pequena introdução à lexicografia. Brasília: Thesaurus, 2004.

(Geo)linguistic confluences and lexicographic treatment: the indigenous presence in the semantic field of 'agropastoral activities' based on ALiB data from Brazilian capitals

Abstract: This study investigates the presence and vitality of lexical units of indigenous origin within the semantic field of "agropastoral activities" in Brazilian capitals, using data from the Linguistic Atlas of Brazil (ALiB) as its object of analysis. The central aim is to conduct a systematic lexicographic treatment of the indigenisms documented in this specific semantic field, contributing to the understanding of the diatopic distribution and social stratification of these lexical items in Brazilian capitals. The theoretical framework is based on Rodrigues' (1994) studies on Brazilian indigenous languages, Biderman's (2001) contributions to lexicology and lexicography, Cardoso's (2010) geolinguistic methodology, and Cunha's (1999) etymological investigations. Preliminary analysis of items such as "mangará," "mandioca," "macaxeira," and "aipim" recorded in Brazilian capitals indicates the preservation of indigenous forms coexisting with their equivalents of other etymological origins. These results contribute to the documentation of Brazil's linguistic heritage and provide valuable input for the development of lexicographic works that adequately reflect the contribution of indigenous languages to Brazilian Portuguese.

Keywords: Geolinguistics. ALiB. Lexicon. Agricultural and pastoral activities. Tupinisms.

Recebido em: 16 de dezembro de 2024.

Aceito em: 21 de fevereiro de 2025.